

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 916.775 DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : LIDERPRIME PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
ADV.(A/S) : MARCOS RENATO GELSI DOS SANTOS E
OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MÁRCIA APARECIDA DE SOUZA
ADV.(A/S) : ADRIANO MUNIZ REBELLO E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TRABALHISTA. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 5º, INCS. II E XVII, 170 E 192 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO: SÚMULAS NS. 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base na al. *a* do inc. III do art. 102 da Constituição da República.

O recurso extraordinário foi interposto contra o seguinte julgado do Tribunal Superior do Trabalho:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMPRESA ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO. ENQUADRAMENTO. CATEGORIA DOS FINANCIÁRIOS. SÚMULA Nº 55 DESTA CORTE. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. CARGO DE CONFIANÇA. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESPROVIMENTO. Diante da conformidade do v. acórdão regional

ARE 916775 / DF

com a Súmula nº 55 desta Corte e da ausência de ofensa aos dispositivos mencionados, deve ser mantido o despacho que negou seguimento ao recurso de revista. Agravo de instrumento desprovido”.

2. O Agravante alega ter o Tribunal a quo contrariado os arts. 5º, incs. II e XVII, 170 e 192 da Constituição da República.

Sustenta que

“o enquadramento econômico da reclamada se dá na categoria dos empregados de agentes autônomos do comércio e em empresas e assessoramento, perícias, informações e pesquisas e de empresas contábeis, para onde foram remetidas as contribuições sindicais obreiras” e que, portanto, “o enquadramento estabelecido pela Justiça do Trabalho em situações diversas daquela definida pelos estatutos sociais da recorrente e entidade que recebeu as contribuições sindicais e com a qual a recorrente foi signatária do instrumento normativo, fere o artigo 5º, II (princípio da legalidade), artigo 5º XVII e 170 da CF (princípio da liberdade associativa e livre iniciativa)”.

Requer seja conhecido e provido o presente recurso, “a fim de que seja anulado ou reformado o acórdão recorrido” para “que a Recorrente não seja declarada como instituição bancária ou financeira”.

3. O recurso extraordinário foi inadmitido ao fundamento de ausência de ofensa constitucional direta.

Examinados os elementos havidos no processo, DECIDO.

4. No art. 544 do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n. 12.322/2010, estabeleceu-se que o agravo contra inadmissão de recurso extraordinário processa-se nos autos do recurso, ou seja, sem a necessidade de formação de instrumento, sendo este o caso.

Analisa-se, portanto, os argumentos postos no agravo, de cuja decisão se terá, na sequência, se for o caso, exame do recurso

ARE 916775 / DF

extraordinário.

5. Razão jurídica não assiste ao Agravante.

6. Os arts. 5º, incs. II e XVII, 170 e 192 da Constituição da República, suscitados no recurso extraordinário, não foram objeto de debate e decisão prévios no Tribunal de origem, tampouco tendo sido opostos embargos de declaração com a finalidade de comprovar ter havido, no momento processual próprio, o prequestionamento. Incidem na espécie vertente as Súmulas ns. 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. A matéria constitucional contida no recurso extraordinário não foi objeto de debate e exame prévios no Tribunal a quo. Tampouco foram opostos embargos de declaração, o que não viabiliza o extraordinário, por ausência do necessário prequestionamento” (AI n. 631.961-ED, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 15.5.2009).

7. Pelo exposto, **nego seguimento ao agravo** (art. 544, § 4º, inc. II, al. a, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora